

Pinho, o procurador

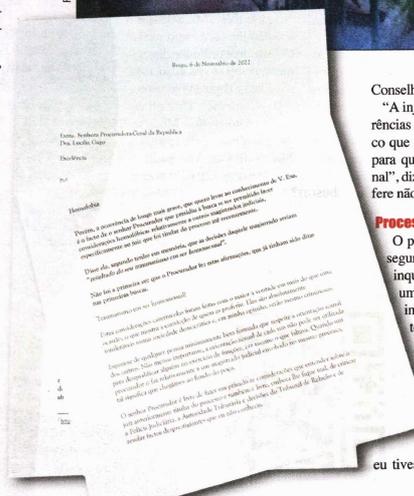
De uma coisa o procurador Casimiro Nunes não se livra: um processo disciplinar, conduzido por um procurador-geral adjunto do corpo de inspetores do Conselho Superior do Ministério Público, por ter sido denunciado por Manuel Pinho como autor de comentários sobre a orientação sexual do juiz Ivo Rosa. O procurador visado na denúncia, contactado pelo T&Q, despreza a atitude do ex-ministro

Manuel Catarino

Manuel Pinho, amarrado ao isolamento da quinta do Assento, nos arredores de Braga, ainda não lhe deu para ouvir vozes entre as paredes de pedra do velho solar que vai para um ano lhe serve de casa de reclusão – mas garante ao T&Q que o procurador Casimiro Nunes, enquanto lhe fazia uma demorada busca domiciliária, “fez comentários impróprios sobre o juiz Ivo Rosa”. Segundo o ex-ministro da Economia, o procurador disse que decisões do magistrado de instrução foram resultado do seu “traumatismo por ser homossexual”.

Pinho é arguido em dois processos, ainda em fase de investigação, tutelados pelos procuradores **Hugo Neto** e Casimiro Nunes: um por alegadamente ter favorecido a EDP e o outro por suspeita de favores prestados ao Banco Espírito Santo – no tempo em foi ministro da Economia, no governo chefiado por **José Sócrates**, entre 2005 e 2009. O Ministério Público suspeita que Manuel Pinho terá arrecadado pelo menos 5,5 milhões de euros em benefícios – dinheiro que circulou por contas separadas, dele e da mulher, **Alexandra**, também arguida por indícios de fraude fiscal e branqueamento.

Incomodado com o comentário que ouviu do procurador (ler entrevista, nestas páginas), Manuel Pinho correu a queixar-se à procuradora-geral da República, **Lucília Gago** – que não terá outro remédio, por imperativo legal, senão enviar a denúncia para o



Conselho Superior do Ministério Público. “A injúria a um magistrado, agravada por referências ao exercício de funções, é um crime público que não carece de queixa por parte da vítima para que haja procedimento disciplinar e criminal”, diz ao T&Q um magistrado judicial que prefere não ser identificado.

Processo disciplinar

O procurador denunciado por Manuel Pinho, segundo a mesma fonte, não se livrará de um inquérito disciplinar que será conduzido por um procurador-geral adjunto do corpo de inspetores do Conselho Superior do Ministério Público.

Casimiro Nunes, contactado pelos nossos repórteres, despreza a denúncia de Manuel Pinho: “Não costumo falar com arguidos, muito menos era capaz de ter qualquer comentário desse tipo. Percebo que a única coisa que essa pessoa quer é tirar-me do processo. Se eu tivesse a infeliz ideia de meter um processo

Tal & Qual

16-11-2022

Periodicidade: **Semanal**Classe: **Informação Geral**Âmbito: **Nacional**Pagina(s): **10,11**

e o juiz

contra ele – não posso, estou de mãos e pés atados – eu teria de ser afastado. Como tal, reservo a minha intervenção para a altura certa”, disse ao T&Q o procurador visado por Manuel Pinho.

Não seria a primeira vez que Manuel Pinho e o seu advogado **Ricardo Sá Fernandes** tentam afastar os procuradores Hugo Neto e Casimiro Nunes – os magistrados que há dez anos conduzem as investigações ao intrincado processo em que Pinho, ministro da Economia entre 2005 e 2009, é suspeito de ter sido corrompido por **António Mexia** e **Manso Neto**, então, respetivamente, presidentes-executivos da EDP e da EDP Renováveis, e por **Ricardo Salgado**, o intocável patrão do grupo Espírito Santo.



“Não costumo falar com arguidos, muito menos era capaz de ter qualquer comentário desse tipo. Percebo que a única coisa que

essa pessoa quer é tirar-me do processo”, alega o procurador Casimiro Nunes em declarações aos nossos repórteres

A primeira tentativa de afastamento dos procuradores ocorreu no verão de 2018. Motivo: os magistrados recusaram alterar a hora do interrogatório a Manuel Pinho marcado para as dez da manhã de 17 julho. Ricardo Sá Fernandes argumentou ser “incompreensível” que os procuradores não tenham aceitado alterar a hora, insistindo em interrogar o arguido antes que ele fosse ouvido na Comissão de Economia da Assembleia da República, nesse mesmo dia, às três da tarde. O advogado sacou da caneta – e fez um requerimento para trocar de procuradores. Não teve sorte. Carlos Casimiro Nunes e Hugo Neto continuaram à frente dos processos contra Pinho.

O requerimento de Sá Fernandes apenas evitou que Pinho, em vez de ter sido interrogado nessa manhã, fosse inquirido 15 dias depois de ter sido ouvido no Parlamento. Ouvido – é uma força de expressão. Os deputados bem queriam ouvi-lo sobre recebimentos do grupo Espírito Santo enquanto estava no governo e sobre as sociedades ‘offshore’ de que seria dono – mas o ex-ministro escusou-se a responder a qualquer pergunta.